
037ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 13NOV2017**(Texto com revisão.)****O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos à**PAUTA**

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Eu queria, na verdade, Presidente Cassio Trogildo, fazer, em nome das Bancadas do PSOL e do PT, um apelo aos Líderes do Governo, mas neste momento não os enxergo no plenário. Opa, está lá o Vice-Líder. Falarei com V. Exa., portanto, Ver. Luciano Marcantônio – o Ver. Idenir Cecchim está obnubilando minha visão – sobre o DMAE. O DMAE sempre teve um serviço de muita qualidade, mas sempre que o DMAE contratou empresas terceirizadas, havia um problema: a falta de uma fiscalização mais concreta, presente, permanente no serviço terceirizado. Muitas vezes, o pessoal abria um buraco e deixava o cavalete do DMAE ou da EPTC – essa é outra confusão que é feita e acho um equívoco, pois se é cavalete do DMAE, é do DMAE; se é do DEP, do DEP; e assim por diante. Mas usam muito o da EPTC com a desculpa do trânsito. Isso está errado como procedimento. Agora a desculpa é que nós temos uma greve em curso, mas esse serviço é basicamente, Ver. Camozzato, feito por serviço terceirizado. Portanto, não tem desculpa que, na Rua da Praia, há um mês, escorra água ladeira abaixo, entre a Dr. Flores e a Santa Casa. Não tem desculpa que a empresa Top Vargas, terceirizada da Sulgás, quebre um cano em pleno Centro Histórico, na Andrade Neves, e fique mais de 72 horas a água jorrando sem uma solução. Outrossim, o serviço de correio eletrônico do DMAE é aquela outra coisa que só dá respostas automáticas. E quando o DMAE faz uma anotação de um serviço e dá o primeiro protocolo, ele não dá o segundo protocolo. Isso não é transparente, não é isso que manda a Lei Federal da Transparência. A Prefeitura

tem que obedecer à Lei Federal da Transparência em primeiro lugar. Ela tem que dar o protocolo a cada cidadão que reclama e, se não tiver esse procedimento, ela também não vai saber se o problema é mais grave ou menos grave. Aconteceu nessa manhã, na Rua Sepé Tiarajú, foi feito um vídeo, foi mostrado, fiz novamente a cobrança. Responderam: “Nós já sabemos que tem um problema assim, assim, assado.” Naquela hora, também, enquanto eu falava com o DMAE, recebi um outro recado que o DMAE estava fazendo o trabalho. Então, não há um controle, há um descontrole. Por isso que as nossas Bancadas, PSOL, PT, nós, da oposição, de forma calma tranquila e serena, Ver. Luciano Marcantônio, queremos pedir a atenção da Diretora do DMAE. Eu peço uma audiência com ela desde o início do ano, e ela simplesmente não nos recebe. Já falei com todos os Secretários, todos os Diretores, inclusive com uma que se foi, há dias, fiz quatro, cinco, seis reuniões, sempre fui atendido. Ver. Luciano Marcantônio, o que está havendo com a Diretora do DMAE que não atende Vereador? Eu não sou o único que reclama, vários me disseram que ela não tem atendido os Vereadores. Isso é péssimo! É péssimo para o seu Governo, é péssimo para a Cidade. Isso não condiz com democracia, com transparência, Comandante Nádia. Por isso que nós temos que vir aqui cobrar de forma serena, e eu espero que o Ver. Luciano Marcantônio, que nos ouve, tome as devidas providências como Vice-Líder do Governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum, solicitando desarquivamento da Indicação nº 040/16.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, ouvi com muita atenção o Ver. Tarciso Flecha Negra, que não está no plenário agora, mas deve estar ouvindo no seu gabinete, falar aqui sobre a igualdade. Igualdade, que é o tormento do humanismo, que é a verdadeira obsessão da humanidade, mas que enfrenta um desafio da própria natureza. Nós somos naturalmente desiguais. Se nós não fôssemos desiguais, não existiria Olimpíada; se nós não fôssemos desiguais, não existiria concurso público; se nós não fôssemos desiguais, não existiria a corrida dos cem metros rasos, não existiria maratona. Se nós fôssemos naturalmente iguais, o Ver. Tarciso Flecha Negra não seria

um dos maiores jogadores da história do Grêmio. Nós somos naturalmente desiguais. Isso foi um problema para a democracia grega, que percebeu que os direitos eram adquiridos a partir de três pressupostos: os direitos advinham de uma transmissão, como no caso de um contrato de compra e venda; os direitos também viriam pelo mérito, e os direitos também viriam pelo nascimento, como a herança e o próprio sobrenome, o direito de pertencer a uma família. No mais, os pensadores gregos perceberam a mais absoluta e radical desigualdade entre os seres humanos, fundada na própria natureza humana, que nos ensina que o ser humano é único e irrepetível. Não existe um único ser humano que seja igual ao outro. Então, os gregos descobriram que a lei era um instrumento que igualava os homens, e a lei, já na Grécia, foi o primeiro passo, foi o critério de igualdade criado pelos gregos para resolver esse grande problema da natureza humana, que é a nossa mais peremptória desigualdade. E aí, os gregos criaram o critério relacional, a igualdade perante a lei.

Voltando aos meus exemplos anteriores, a corrida dos cem metros rasos, que mostra a mais absoluta desigualdade entre os homens, tem um critério de igualdade, que é a linha de partida. Depois, surge a oportunidade de cada um mostrar seu mérito. Só depois do Cristianismo que se descobriu que existia um dado na natureza que igualava os homens. Não obstante essa percepção da mais absoluta desigualdade entre os seres humanos, o Cristianismo descobriu que nós temos dois tipos de igualdade fundados na nossa natureza: nós temos a mesma natureza humana e nós temos a mesma dignidade, que nos é concrecente, que é antológica, que é intrínseca, que não importa a nossa raça, a cor da nossa pele, a nossa orientação sexual, não importa nada que nos discrimine e nos diferencie; e, não obstante essa mais absoluta desigualdade entre os homens fundada na sua própria natureza, nós temos uma dignidade comum que nos iguala, que é de todo gênero humano, que se concretiza em cada pessoa humana. É em nome dessa igualdade que nós legislamos: a igualdade formal e a que busca trazer oportunidade para todos os homens, para que, na sua liberdade, cada um realize o seu sonho.

Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h57min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLE nº 022/17. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras, saúdo os aprovados no concurso 565 para técnicos de enfermagem que têm participado ativamente das nossas comissões permanentes, da COSMAM, comandada pelo Ver. Carús, das audiências com o Secretário Municipal de Saúde, que culmina no encaminhamento, por parte do Executivo, deste Projeto para a Câmara Municipal, que faz com 75 vagas de auxiliar de enfermagem deixem de existir, criando 75 vagas de técnico de enfermagem, conforme a necessidade pela legislação vigente. É um passo dentro desse processo, é o que temos conversado. Houve um chamamento de técnicos de enfermagem muito aquém da necessidade, muito aquém do que o próprio Secretário, nesta tribuna, disse que iriam ser chamados, quando da votação da aprovação dos recursos para Operação Inverno. O Secretário esteve nesta Casa, nesta tribuna, prolatou um número muito grande de vagas, mas infelizmente nem 20% destas vagas foram chamadas. Então, esperamos agora, não é Ver. Carús, que a partir da criação destas 75 vagas, a Secretaria Municipal de Saúde chame esses técnicos de enfermagem para poder tentar melhorar as condições de atendimento à nossa população, principalmente a que mais precisa.

O Sr. Mendes Ribeiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que fico feliz por ver este projeto como primeiro da priorização hoje. Na semana passada, estava como último da priorização; pela sua importância, tem que ser o primeiro projeto a se discutir e votar. Vou ser favorável a este projeto, extremamente importante para o Município de Porto Alegre. E eu, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quero cumprimentá-lo pelo teu trabalho e pelo teu excelente relatório para que pudéssemos votar e aprovar esse projeto na CCJ. Parabéns, Thiago.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Mendes. Também quero agradecer ao Ver. Mendes o protagonismo, a atenção na CCJ, quando falamos, eu e o Carús, da necessidade de se

avançar este projeto; o Dr. Goulart também esteve empenhado nisso. O Ver. Mendes Ribeiro prontamente o colocou na Ordem do Dia da Comissão, dando a possibilidade de nós podermos votar na tarde de hoje.

O Ver. Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, antes, quero cumprimentá-lo, o senhor está sempre atendendo o povo da saúde. Nós temos que, depois desta votação, abrir um controle de cima para que sejam chamados os próximos, senão, vai ficar muito para trás a nossa votação. Precisamos votar, pedindo a ajuda de todos os outros Vereadores, e, depois, conseguirmos que os outros tomem posse nesses cargos. Obrigado.

O SR. DR. THIAGO: Sem dúvida.

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, pelo aparte, Dr. Thiago. Isso prova que, quando o Governo dialoga com esta Casa e quer dialogar, consegue as coisas aqui, como já conseguiu em várias outras oportunidades. Então, a rapidez dos processos começa no Executivo, dialogando com esta Casa e reconhecendo as prerrogativas desta Casa. Parabéns a todos nós.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Cassiá. Então, eu quero encaminhar pela votação, que acredito que será unânime. E, Ver. Carús, Presidente da nossa COSMAM; Luciano Marcantônio, Vice-Líder do Governo, solicito que a gente possa, a partir da votação deste projeto, voltar a ter um diálogo na Secretaria da Saúde, podendo ajudar, inclusive, no chamamento necessário desses servidores. Muito obrigado, parabéns, continuem na luta, são mais 75 vagas, que, sem dúvida, podem fazer uma grande diferença no atendimento das pessoas que mais precisam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, felizmente, hoje nós estamos vendo aqui, Ver. Mauro Zacher, a concretização daquilo que é resultado do diálogo desta Casa com o Poder Executivo. E, desde sempre, reconheci, tanto no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM, como nos debates sobre a área da saúde que travamos aqui neste plenário, Ver. Luciano, a abertura sempre muito disposta do Secretário Erno, que tem procurado, talvez em alguns casos - não por culpa dele, ou na velocidade que nós desejamos - atender os pleitos que chegam desta Casa, principalmente aqueles que se relacionam com a prestação do serviço de saúde pública em Porto Alegre. As visitas que nós realizamos da COSMAM nas unidades de saúde, nos hospitais que são administrados pelo Município, nos pronto atendimentos, dão conta de um problema que interfere em todos esses locais: a falta de recursos humanos. São técnicos de enfermagem ou enfermeiros com formação superior, Dr. Goulart, muitas vezes, tendo que exercer funções administrativas, funções de portaria, ou até mesmo zelar pela sua própria segurança no exercício de suas atividades, porque faltam recursos humanos. É impossível, no cenário que se tem hoje, dar um atendimento de qualidade à população, tanto na rede básica como no atendimento de emergência ou no atendimento regular com essa falta de servidores. Então, estivemos com o Secretário Erno, no primeiro semestre, por diversas vezes, não só aqui na COSMAM debatendo o tema, mas também na própria Secretaria Municipal de Saúde, e aqui faço um justo reconhecimento à comissão de aprovados no concurso mais recente realizado pelo Município para técnico de enfermagem, que foram parceiros desde o início nos subsidiando com informações e aguardando com responsabilidade e demonstrando muita vontade de assumir as funções para que estudaram, para que se propuseram em favor da cidade de Porto Alegre. Mas não vamos aqui achar que a simples aprovação deste projeto vai, ato contínuo, fazer a nomeação de 75 ou 80 técnicos de enfermagem. Agora, nós precisamos enfrentar essa etapa e fazer com que o Poder Executivo, tendo este projeto aprovado, vá efetivamente chamar os aprovados do concurso para técnico de enfermagem nas vagas que estão hoje ocupadas pelos auxiliares ou em licença aguardando a aposentadoria, ou já praticamente não exercendo mais as suas atividades. Então, nós temos uma nova etapa pela frente de fiscalizar e cobrar as providências necessárias da Prefeitura para que sejam nomeados o mais rápido possível os técnicos de enfermagem. E estendo aqui os agradecimentos ao Ver. Mendes Ribeiro, presidente da CCJ, que fez com que o processo andasse com

celeridade na comissão, ao Ver. Dr. Thiago, que, além de ter sido o relator do projeto, foi parceiro e acompanhou toda essa discussão junto com a Secretaria Municipal de Saúde e também com os aprovados. Vale ressaltar que, na Lei Orçamentária prevista para o ano que vem, que estamos discutindo nesta Casa e que deve ser votada no mês de dezembro, pois temos prazo para isso, lá estão recursos disponíveis para que o Governo possa fazer a nomeação dessas vagas para que, hoje, com a aprovação do projeto e posterior sanção, possam ser efetivamente nomeados os técnicos. A rede básica agradece. O Pronto Atendimento da Bom Jesus, da Cruzeiro e também da Lomba do Pinheiro agradecem. O Hospital Presidente Vargas e o HPS também agradecem. Não é possível mais conviver com estruturas que tiveram, ao longo do tempo, um padrão de excelência na prestação dos seus serviços e que, agora, são mal avaliadas pela população. É o povo de Porto Alegre que clama por um melhor atendimento na segurança pública, e isso passa, necessariamente, pelo aporte de recursos humanos, e este projeto do Executivo, construído em conjunto com esta Casa, abre caminho para esta finalidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os técnicos de enfermagem que nos acompanham na tarde de hoje e que têm feito essa luta necessária pela criação do cargo. E esta alteração que será votada hoje de 75 cargos de auxiliares para técnicos é uma parte importante na luta pela valorização dos servidores públicos de carreira e, ao mesmo tempo, da luta por suprir os 200 técnicos de enfermagem que faltam no Hospital de Pronto Socorro, os mais de 100 técnicos de enfermagem que faltam no Hospital Presidente Vargas, os técnicos de enfermagem que faltam nos postos de saúde, no PACS, no Postão da Bom Jesus, e que sabemos que tem gerado sobrecarga de trabalho para os servidores que estão, que tem precarizado o atendimento da população, somado com as políticas nefastas do Governo Marchezan para o conjunto da carreira dos municipais.

Então, eu quero parabenizar os que lutam para o chamamento no concurso, também os Vereadores que me antecederam, porque eu sei que a COSMAM, Ver. Carús, batalhou para que esse projeto chegasse aqui; Ver. Dr. Thiago, que pediu a priorização, acelerando os trâmites, assim como a Comissão de Constituição e Justiça. Obviamente, nós temos a expectativa de que esse projeto seja, por óbvio, votado por unanimidade.

E também não poderia deixar de cumprimentar, até porque eu venho, neste momento, da assembleia dos municipais de Porto Alegre, diante de uma situação muito grave de um conjunto de projetos de lei que foram enviados e que desmontam a carreira dos servidores, e que um movimento de mais de 19 Vereadores priorizou o PL nº 11, que o Governo foi obrigado a retirar. E, depois, 21 Vereadores assinaram um documento se comprometendo a retirar os PLs, diante da intransigência do Governo de resolver essa situação, esse impasse, essa crise no Município de Porto Alegre diante do desmonte do serviço público. Nesse momento, nós também estamos recebendo aqui entre nós os trabalhadores da Procempa, a quem quero cumprimentar, o sindicato, o Sindippd, está aí o comando de greve, a Vera Guasso, um conjunto de ativistas, que são os servidores da nossa Procempa que, há 40 anos, exerce um serviço fundamental da tecnologia da informação na cidade de Porto Alegre, que vem sendo sucateada ao longo dos anos. Aliás, muitas vezes, usamos esta tribuna para defender a Procempa, para combater os malfeitos, combater a corrupção. Esta Casa, inclusive, fez uma CPI durante um longo processo para defender a Procempa pública e para defender os interesses públicos da nossa população.

E nós estamos vendo um processo, primeiro, de ausência de negociação, a categoria está de greve desde o dia 8 de novembro e, pasmem, não existe negociação. Aliás, a data-base é em maio de 2017, maio de todos os anos, e não só o Governo não fez a data-base, não propôs a reposição da inflação, como está querendo retirar direitos de outras cláusulas de acordos coletivos conquistados em mobilizações anteriores dos trabalhadores.

Diante desse impasse, dessa ausência de negociação, dessa tentativa, mais uma vez, de silenciar a luta dos trabalhadores, no dia 8 deste mês, a categoria, por 75% dos presentes, deflagrou greve geral, está em greve, está fazendo seu processo de mobilização e vem aqui a esta Câmara hoje pedir o apoio dos Vereadores para exigir negociação, para exigir a manutenção da Procempa pública, para evitar o processo de

privatizações que nós sabemos que está acontecendo por dentro da empresa pública, é a lógica do governo Marchezan e, sobretudo, para defender os direitos conquistados ao longo desses 40 anos, que, infelizmente, Ver. Cassiá, está na berlinda, e o Governo está tentando tirar. Não só não negociou a data-base, não só não garantiu a reposição da inflação como está propondo tirar direitos conquistados. E não é nem um, nem dois direitos, são mais de cinco cláusulas coletivas que estão sendo suprimidas pelo Governo Marchezan e pelos seus agentes, seja a Diretoria da Procempa, seja essa política do decreto do Governo de exigir uma negociação centralizada para que ninguém tenha autonomia, nem a sua própria base. Não é à toa que já 14 pessoas saíram da Secretaria, saíram dos altos postos de comando, como também o fato deste Governo não negociar. Tanto é que nós estamos vivendo essa greve do funcionalismo no Município de Porto Alegre, e agora está tendo uma assembleia geral, que tem um sentimento de vitória graças à atuação do Parlamento. Mas o Prefeito foi viajar por 14 dias deixando a Cidade na berlinda, deixando os trabalhadores sem resposta, priorizando os serviços públicos, sobretudo levando Porto Alegre a um sinal de caos e de colapso.

Nós estamos aqui com o comando, para que os Vereadores e as lideranças possam ter contato com as reivindicações do comando e possamos ver como apoiar esta luta tão necessária e tão justa em manutenção da Procempa pública, sobretudo em manutenção dos profissionais de alta qualidade que estão lá na nossa empresa pública e que infelizmente estão sendo desrespeitados pelo Governo Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Sr. Cristofer Correia, Diretor de Participação Cidadão da Assembleia Nacional da Venezuela. Seja muito bem-vindo.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. IDENIR CECHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, esta matéria, Ver. Pujol, não há necessidade de ser discutida, porque, quando um projeto do Executivo vem para esta Casa e vejo o Ver. Dr. Thiago defendendo-o, eu acho que temos que votar. O Marchezan enviou o projeto, e o Ver. Dr. Thiago defendeu, então vamos votar, Ver. Carús. Se a COSMAM aprovou, nós vamos votar porque é bom para a

Cidade, não tenho dúvida nenhuma. Eu queria aproveitar esse espaço, Ver. Valter Nagelstein, para comunicar aos que não sabiam ou tentavam não saber e principalmente depois que V. Exa. tem recebido muito apoio aqui nesta Casa, inclusive da oposição, e dizer que a Bancada do PMDB não mudou nada depois do primeiro dia que nós anunciamos aqui quem seria o presidente indicado do partido para a presidência da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que é o Ver. Valter Nagelstein, para que não parem dúvidas. Eu vi o Ver. Robaina tecer vários elogios na semana passada a V. Exa. Então, se alguém não estava convencido, eu acho que agora estamos todos num barco, numa linha reta, em céu de Brigadeiro. Eu só queria deixar bem claro para que todos tenham a compreensão e a certeza disso. Dito isso, eu acho, Ver. Luciano Marcantônio, que, quando projetos interessam para a Cidade, principalmente para a população mais pobre... Porque, técnicos de enfermagem, Ver. Dr. Thiago, são importantes. O médico precisa desses profissionais; a população precisa dos médicos, mas precisa também dos técnicos. Eu acho que esse projeto veio em boa hora. Quero cumprimentar todos os Vereadores que trabalharam em cima disso, o próprio Secretário Erno, que teve a compreensão e cumpriu com a conversa que teve lá na COSMAM. Então eu acho que nós temos que votar por unanimidade nesse projeto. É uma forma de se dizer assim: quando interessa ao cidadão de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre vota por unanimidade. Era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o pronunciamento do ilustre Líder do PMDB, Ver. Idenir Cecchim, coroa uma série de manifestações que já ocorreram, que iniciou com a manifestação do meu companheiro de bancada, Ver. Dr. Thiago, que foi seguido pelo Ver. Carús, pela Ver.^a Fernanda Melchionna, enfim, são visões diferentes da coisa pública desta Cidade, e todos foram unânimes em afirmar a conveniência de que nós, com a maior serenidade possível, decidamos esta matéria de uma vez por todas e acolhamos o projeto do Executivo, que nada mais é do que se curvar a uma legislação federal e oportunizar que, efetivamente,

se possa, pela via do concurso público, selecionar pessoas que vão desenvolver as atividades na conformidade daquilo que hoje é estabelecido pela legislação federal. Então, Ver. Mauro Zacher, V. Exa. que por mais de uma vez esteve no Executivo e que sabe muito bem o que representa ter um vazio numa atividade importante como é a da Enfermagem dentro da Administração Municipal, nós, por óbvio e absolutamente por coerência, não podíamos ter outra postura senão aplaudir as manifestações anteriores aqui realizadas, todas objetivando a presteza no atendimento dessa reivindicação antiga da categoria, consolidada na legislação federal e sacramentada agora na legislação municipal, dizendo: apoiamos sim, queremos que produza os seus efeitos os mais amplos possíveis e o mais breve desejado. Um abraço a todos e o apoio integral do Democratas, que desta vez vota inteiramente unido com a proposição. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos discutindo aqui este projeto de lei que cria 75 cargos de Técnicos de Enfermagem e extingue 75 cargos de Auxiliares de Enfermagem. Eu quero dizer que é o momento de comemorar e essencialmente trazer um abraço aos Técnicos de Enfermagem que estão conosco na tarde de hoje. É uma vitória que vocês alcançam. Esta disputa vem de longe; esta demanda, este pedido vem de muito longe, e hoje se chega a este denominador. Vamos aprovar o projeto. Falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista.

Quero aproveitar para cumprimentar também o Prefeito Marchezan, que apresenta o projeto para nós discutirmos a matéria, porque, repito, faz em torno de dois anos, no mínimo, que se discute e se pede o encaminhamento de uma matéria neste sentido aqui para a Câmara e, agora, nós chegamos a este projeto e vamos aprová-lo. Aqui já foi falado, vamos aprovar por unanimidade. Que bom que se chega a alcançar aquilo que tanto se almejava há bastante tempo, porque Porto Alegre está precisando, sim, destes Técnicos para trabalhar na área da saúde do nosso Município. Vamos votar favoravelmente. Um abraço a todos e obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro que, na quinta-feira, às 16h, iremos receber o Comando de Greve da Procempa. Não há Ordem do Dia na quinta-feira. Os Líderes que quiserem poderão nos acompanhar. Será no Salão Adel Carvalho.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17,

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, finalmente um projeto de lei que vem discutido pela categoria municipal e de um acúmulo do processo de maturação do serviço público da área da saúde, que representa, portanto, a continuidade, não a descontinuidade, não a ruptura, que, infelizmente, tem sido a característica dos outros projetos que o Prefeito Marchezan manda para esta Casa. Este, nós, com certeza, vamos aprovar. Neste caso, há uma substituição, extinguindo os cargos efetivos de Auxiliar de Enfermagem e criando os de Técnico de Enfermagem, pela evolução e qualificação que demanda a área da saúde e pela qualificação e evolução que as áreas de formação compreenderam que era necessário fazer. Eu quero fazer o registro de que nós consideramos colegas, servidores, trabalhadores da Procempa, nossa empresa de TI. Recebi aqui o documento da mobilização do Sindppd, dos trabalhadores servidores, estive hoje lá visitando o piquete, uma greve que, vejam só, chega mês de outubro e não há nenhuma resposta do Governo em relação à atualização salarial, em relação à inflação. Uma categoria, portanto, que teve muita paciência e muita aposta no diálogo, porque está em novembro e fez dia de paralisação, conseguiu uma mediação, e o Município passou vergonha, porque o órgão responsável pelo trabalho, o Ministério do Trabalho, pediu para o Município voltar com algo decente para negociar com os trabalhadores e trabalhadoras da Procempa. Na quinta-feira, há uma expectativa, e por isso a vinda de vocês aqui deve servir, Ver. Luciano Marcantônio, para um apelo para o Prefeito em exercício, o Vice-Prefeito, para que de fato vá para uma mesa de negociação com a Procempa com a responsabilidade de quem trata um órgão extremamente delicado complexo e necessário para o funcionamento do Município de Porto Alegre. Quer dizer, todo o sistema de informação da nossa Cidade passa pelo trabalho continuado, dedicado e qualificado dos trabalhadores e trabalhadoras da Procempa, desde o serviço que chega lá na ponta, nos postos de saúde, e nós tanto sonhamos com essa integração com a

saúde, agilização do sistema, as escolas com seus espaços de informática, com acesso às populações mais carentes da tecnologia, mas principalmente para a educação não ser anacrônica, para a educação estar ligada, atualizada na nova linguagem com a qual nossos adolescentes e crianças hoje aprendem. A escola, longe disso, será fadada ao fracasso. Chamo atenção de que algumas iniciativas que foram tentadas sem a Procempa foram pagas mais caro e não funcionaram, e nós sabemos que um órgão que é enxuto, que é bem gerenciado, que não tem um monte de CCs como vivemos em outros momentos e com salários inadequados, ou que tenha desvirtuado suas funções, como lamentavelmente viveu a Procempa, numa CPI que esta Casa teve que fazer e, pior do que isso, Polícia Federal e investigação para corrigir rumos, desvios em um órgão tão importante, que não ocorram mais. Porque eu tenho certeza de que acaba pagando a conta, pagando o preço o funcionário de carreira que investe a sua vida, investe a sua formação para se dedicar à política pública para a cidade de Porto Alegre. Então queria, na discussão deste projeto que é finalmente um dos primeiros, Ver. Lídio, nosso Vereador Suplente que respeita essa caminhada da Prefeitura, valorizar a luta de vocês, pedir diálogo, pedir respeito, pedir que a Prefeitura de Porto Alegre trate os funcionários como o seu melhor investimento e não como que aconteceu até agora, que a Prefeitura só olha o funcionalismo como custo, e isso é um equívoco. Porque, se não tiver nenhum recurso, mas tiver funcionalismo público valorizado, produzindo, a Prefeitura já faz um sucesso. Então parabéns pela luta, que vocês possam ter respostas, assim como a categoria municipal que, bravamente, hoje faz uma grande assembleia encaminhando a sua greve. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas, primeiro, gostaria de saudar meu companheiro de Partido, Lídio Santos, que assume hoje a cadeira como Vereador em uma política de rotatividade acolhida pelo nosso Partido e pela nossa Bancada e que justamente faz com que a nossa Bancada, o nosso Partido consiga servir de exemplo para transformar a cidade através do processo mais coletivo do que

individual. E queria saudar aqui a presença dos servidores da Procempa que vieram aqui esta tarde. Estão aqui presentes. Desde o dia 8 em greve. Está na lista aqui, acho que a Ver.^a Fernanda colocou isso, está na lista do Prefeito, o Prefeito não se constrange em dizer que a Carris, por exemplo, já está com os dias contados. Usou especificamente essa fala e eu não consigo ver um Prefeito abrindo mão, terceirizando os serviços, precarizando um trabalho como o da Procempa. É praticamente incompreensível, ou seja, o órgão que cuida de todo o processamento de dados, de toda a inteligência do Município, acaba, digamos, o Prefeito flertando com a possibilidade de precarizar, já está fazendo, terceirizar, e talvez coloque na sua lista nefasta de privatizações. Então que bom que o Presidente Ver. Cassio Trogildo nos receberá. Já anunciou aqui a data, na quinta-feira, às 16h, e esperamos que tenham um desfecho positivo e que o Prefeito não use da intransigência que lhe é característica, também com os servidores da Procempa, que prestam esse excelente trabalho. Bom, quanto ao projeto que estamos aqui discutindo, estão aqui alguns técnicos, e eu quero aqui lembrar que é uma luta que não vem de hoje. Lembro, em 2015, quando assumia presidência, em nome do meu partido, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, uma comissão de concursados nos acompanhou numa série de visitas que fizemos ao HPS, ao Postão da Cruzeiro, ao Hospital Presidente Vargas. Mesmo que fosse uma comissão de concursados, conseguimos fazer com que eles, junto com a Comissão de Vereadores, entrassem nesses estabelecimentos do Município para verificar pessoalmente as suas deficiências. Fizemos isso ao longo do ano em inúmeros locais, e acredito que com isso contribuimos para que hoje viesse uma lei – quero aqui ressaltar a fala da Ver.^a Sofia Cavedon - que é muito diferente quando uma lei chega nesta Casa, pelo que se percebe será uma votação unânime, não terá grandes oposições. Por quê? Porque o projeto chega aqui fruto de uma construção anterior à chegada a esta Câmara Municipal. Então, assim deveria ser, e isso não significa que estamos roubando o papel, como dizem alguns Vereadores - eu não consigo entender esse argumento -, que nós estamos subtraindo o papel da Câmara em debater projetos, não é nada disso. Sempre virá à Câmara, como está acontecendo neste momento, a discussão do projeto. Mas é bem diferente quando ele chega aqui fruto de um amadurecimento, de uma discussão com as representações vindas da sociedade, como foi o caso. Obviamente, votaremos a favor, fortalece a Saúde, qualifica e teremos mais

técnicos em enfermagem prontos para atuar no nosso Município, pelos nossos cidadãos de Porto Alegre. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLE nº 022/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente Cássio, colegas Vereadores, Vereadoras, cidadãos nas galerias, quero registrar aqui meu apreço pela disposição correta, que é sua responsabilidade, do nosso Secretário da Saúde, o Secretário Erno, que incansavelmente esteve presente nas Comissões desta Casa, esteve também sempre à disposição dos Vereadores e Vereadoras, dentro do conceito da gestão do nosso Prefeito Marchezan, que é de dialogar ao extremo no sentido de construir as alternativas que preservem o bem comum e que sejam boas para toda a Cidade. A nossa Casa, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, eu sempre ressalto, é o órgão mediador, é o catalisador das demandas da nossa Cidade. Quando os projetos vêm para cá, sendo de interesses diversos, a esta Casa, os cidadãos dos movimentos sociais, a sociedade, representada por entidades, devem recorrer para que, nas Comissões, os projetos sejam debatidos e aperfeiçoados, se for necessário. Este é o caminho mais saudável, mais positivo que faz com que a democracia e a melhor ideia vença sempre; o diálogo é a arma dos inteligentes. Dentro desta Casa temos várias Comissões Especiais instauradas, e o Governo sempre disposto a estar presente nas Comissões para interagir e buscar, com os Vereadores e a sociedade civil, a melhor ideia, o melhor caminho.

Quero agradecer, de coração, a todos os Vereadores pelas falas, e dizer que realmente o Secretário da Saúde tem se esforçado para cada vez cumprir melhor a sua função, aprendendo com os Vereadores, aprendendo com a sociedade civil. Dividindo as ideias dele nós chegamos a essa construção, e que isso, realmente, sirva de exemplo para todos os governos, também para o nosso Governo, internamente, porque é o caminho da democracia. Esta é a Casa do Povo, aqui que têm que ser debatidos os projetos, assim conseguimos trazer uma boa ideia para ser votada no dia de hoje. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLE nº 022/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 164/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 164/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, senhoras e senhores que acompanham nossos trabalhos na tarde de hoje, Vereadores e Vereadoras, o projeto em questão visa, principalmente, a combater uma das práticas que este ano, acredito eu, envergonhou boa parte da população brasileira. Casos em que, utilizando o transporte coletivo, ônibus, vários relatos em diferentes cidades deste País, demonstraram que boa parte dos usuários praticava atitudes terrivelmente condenáveis sob todos os aspectos. Casos em que homens abusavam sexualmente de mulheres nos coletivos, inclusive, em alguns casos ejaculando sobre elas. Não apenas por conta de ser terrível e inaceitável esse tipo de prática, nós, como Casa Legislativa, Câmara de Vereadores de Porto Alegre, não podemos nos omitir de agir frente a esses ataques, principalmente, à integridade das mulheres que usam esse tipo de transporte. Isso, senhoras e senhores, é uma questão de civilidade, de respeito a todos e todas. Essas práticas inaceitáveis precisam ser, de forma dura, combatidas. E, portanto, o projeto em questão visa, principalmente, coibir, através de capacitação, orientação, mas também esclarecimento da população, abrindo canais que possam ser utilizados diretamente e sem burocracia, para denunciar tais abusos. Essas atitudes, repudiáveis, precisam ter um canal de comunicação fácil, rápido, aberto e sem preconceitos para que possam ser manifestadas todas as denúncias de abusos nos coletivos desta Cidade. Nós não podemos aceitar que em pleno Séc. XXI esse tipo de prática continue a assolar e a desrespeitar as cidadãs do nosso Município.

Portanto, venho, neste momento de discussão, pedir a todos os Pares desta Casa Legislativa que se atentem a respeito desse problema grave que nos assola. Vamos, como Câmara de Vereadores, lutar para que essas práticas tenham um fim. Nós precisamos que as equipes de trabalho, motoristas, cobradores, fiscais de trânsito e das empresas de transporte público, sejam sim capacitados e tenham como intervir de forma correta, enfática e dura, no combate a essas práticas abusivas. Isso é inaceitável, e portanto, precisa ser por nós, não apenas repudiado, não apenas objeto das nossas falas, mas também dos nossos atos. Portanto, peço aos Vereadores e Vereadoras que votem

favoravelmente a esse projeto, e daremos o primeiro passo em nossa Cidade no combate ao abuso sexual no transporte público, nos ônibus, nos coletivos, nas lotações da nossa Cidade. Um grande abraço a todos e esperamos a aprovação desse Projeto, que tem tudo para trazer à nossa Cidade um pouco mais de segurança às usuárias do transporte público. Um grande abraço a todos e voltaremos no momento de encaminhamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 164/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este projeto, subscrito pela Ver.^a Fernanda Melchionna e com apoio dos demais companheiros de bancada, foi objeto de um parecer conjunto prolatado em nome das Comissões de Constituição e Justiça; Economia, Urbanização, Transportes e Habitação; Educação, Cultura, Esporte e Juventude; de Defesa do Consumidor, enfim, de todas as Comissões Temáticas da Casa. Por óbvio, Sr. Presidente, esse parecer foi aprovado. Não obstante, ele, de certa forma, completava com o alertamento feito pela Procuradoria da Casa a respeito de eventual inconstitucionalidade no projeto de lei, o que poderia decretar a sua prejudicialidade. Isso foi entendido pela autora do projeto que diligenciou no acolhimento da emenda do relator que, recomendando a aprovação do projeto, recomendava ao mesmo tempo, que fosse acolhida a manifestação da Procuradoria da Casa no que diz respeito ao inciso II do art. 3º do Projeto de Lei, que a Procuradoria da Casa entendeu inconstitucional em afronta a alguns dispositivos da Constituição Federal muito bem elencados no parecer prévio da Casa. Por isso, Sr. Presidente, nós vivemos um belo momento nesta Casa, demonstrando que esta Casa tem a mais ampla condição de promover uma convivência politicamente civilizada e adequada entre as várias tendências políticas. A proposição do PSOL, sabidamente partido de oposição, é agasalhada no Parecer Conjunto pelo Líder do Governo, Ver. Luciano Marcantônio, que emite um parecer muito bem fundamentado e que, inteligentemente, alerta a Casa sobre a conveniência da aprovação da sua emenda de Relator, que retira qualquer vício que possa ser acoimado quanto à constitucionalidade da proposição da Ver.^a Fernanda Melchionna, cujo mérito é por todos nós reconhecido. Nessas condições, Sr. Presidente,

fazendo o registro dessa bela circunstância em que, em torno de uma boa causa, oposição e Governo se somam pelos seus melhores representantes, eu venho à tribuna cumprimentar não só a autora, como o Relator da proposição. A ambos a minha ampla solidariedade e a certeza de que a Casa não haverá de sonegar solidariedade à proposição e, queira Deus, aprová-la por unanimidade na demonstração de inteira concordância com o mérito e de regozijo por saber que, tecnicamente, oposição e Governo souberam habilmente se articular e dar oportunidade para que todos nós pudéssemos votar serena e tranquilamente a favor dela. É essa a nossa posição, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 164/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; no seu nome, cumprimento os colegas Vereadores e as colegas Vereadoras; quero dizer que é muito importante este projeto da Ver.^a Fernanda Melchionna, uma vez que institui um programa contra o assédio sexual nos ônibus de Porto Alegre. Sabemos de casos que são falados na mídia, mas também sabemos de casos não aparecem, as mulheres não denunciam, não registram por vergonha. Infelizmente, sabemos que as mulheres acabam sendo vítimas dentro dos coletivos, por abusos de homens que ainda se sentem na condição de donos, acham que podem se esfregar nas mulheres, enfim, podem cometer um abuso mais acentuado. Tivemos, na última semana, a informação de um ato vergonhoso de um motorista de Uber que, ao pagar uma passageira, se masturbou à frente dela de uma forma que nós não podemos admitir. É uma coisa que acaba sendo surreal: um motorista de Uber, no trabalho, ao pegar uma passageira, uma mulher, acabou se excedendo e cometendo, sim, um ato que desonra homens e mulheres. Hoje ainda me perguntavam sobre esse caso, por ser Procuradora Especial da Mulher nesta Casa, o que tinha acontecido com aquele homem. Infelizmente, eu tenho a dizer para as mulheres aqui: nada. Não é crime, no máximo é uma contravenção, e ele vai continuar solto, sabe lá fazendo o quê, ainda, com outras mulheres. E no transporte coletivo não é muito diferente.

Por isso eu parabenizo a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Prof. Alex Fraga, que é co-autor desse projeto, por ser educador e também saber que estão sendo molestadas nossas crianças, nossas adolescentes nos ônibus. Então tenham em mim, como Procuradora Especial da Mulher nesta Casa, alguém que vai votar favorável ao projeto. E venho aqui nesta tribuna pedir aos colegas que também votem favoravelmente a esse projeto, que é um programa que vai mostrar para as mulheres que elas não estão sozinhas e que elas devem denunciar. A vergonha tem que ser por parte daquele agressor, daquele homem que, quando está no coletivo cheio ou, às vezes, não tão cheio, abusa da condição da mulher de estar ali em pé, sentada. A gente sabe que tem horrores acontecendo, e, na nossa Porto Alegre, nós não queremos e não admitimos que, nos transportes coletivos, as mulheres que vão e vêm para trabalhar, para as escolas, vão buscar seus filhos, enfim, vão simplesmente ao lazer, sejam, desta forma, agredidas, sim, com esse abuso sexual que não vamos admitir. Peço às colegas, *data vênia*, que votem favoravelmente este projeto para que possamos levar às mulheres porto-alegrenses o direito que elas têm de dizer não, basta e registrarem, sim, esse abuso que não podemos admitir. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 164/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todas e a todos. Hoje, infelizmente, o painel não está funcionando. Fizemos uma seleção de textos sobre matérias que saíram no jornal a respeito de casos graves de violência e assédio sexual dentro dos coletivos, uma situação que lamentavelmente não ocorre só em Porto Alegre, mas em todo o Brasil. Lamentavelmente, o segundo lugar em que as mulheres se sentem inseguras, depois das ruas, é no transporte coletivo, local onde qualquer uma de nós lembra de algum caso de assédio, de “encoxamento”, ou casos até mais graves, como os relatados pela Ver.^a Comandante Nádia nesta tribuna na tarde de hoje.

“Não vamos nos calar mais, diz vítima de assédio em ônibus, na Av. Paulista” - um caso gravíssimo que todos acompanharam pelos telejornais: um cidadão que ejaculou em uma passageira e que depois foi preso fazendo a mesma violência contra outra mulher.

“Homem é preso por estupro de passageira dentro de ônibus em Porto Alegre” - matéria veiculada no Plantão RS. Capa do Jornal Metro: “Mais uma mulher atacada em ônibus de São Paulo”. “Homem é detido em Piraí após assédio sexual em ônibus que fazia a linha SP-Rio”. “Homem é preso suspeito de assédio sexual dentro de ônibus em Belo Horizonte”; “86% das brasileiras ouvidas já dizem ter sofrido assédio em espaços urbanos”, segundo a ActionAid; “68 das entrevistadas [na mesma pesquisa] disseram que sentem mais medo de serem assediadas em viagens no transporte público; 64% das mulheres entrevistadas já foram assediadas no transporte público”. Qual é o objetivo do projeto? Esse tipo de ocorrência tem pouquíssima estatística, em função de duas questões. Primeiro, as poucas expectativas de resolutividade dos casos, muitas vezes, de nós, mulheres, diante dos casos recorrentes de assédio a nós. Segundo, por uma cultura ainda muito machista de culpabilização das vítimas e da ausência de campanhas de políticas públicas que promovam campanhas necessárias no sentido de empoderar as mulheres, de ajudar coibir esse tipo de casos, de treinar e garantir a formação da tripulação em como atuar em situações como essas, da criação de espaços de denúncias, como as ouvidorias. Então, nós estamos propondo um Programa de Combate ao Assédio Sexual dentro dos ônibus, que possam ter cartazes, cartilhas, números de 0800, que possam ajudar na busca dessas estatísticas, que possam ajudar a empoderar as mulheres a denunciar dentro do próprio coletivo, quando atacadas ou assediadas, e que são campanhas necessárias no sentido de começar essa política pública.

Nós, por exemplo, fizemos alguns modelos de cartazes (Mostra cartazes.): “Meu Corpo Não é Público! Chega de Assédio.” O transporte pode ser público, o corpo da mulher é dela, encosta nele quem nós quisermos. Chega de aproveitar a superlotação para nos agredir, nos assediar, nos violentar. Chega de assédio às adolescentes dentro dos coletivos. Chega de assédio às crianças, Ver. Pujol, eu fui assediada com 12 anos, e a gente não sabe o que fazer justamente por falta de políticas públicas como essas. Se eu soubesse, eu teria falado ao motorista, o ônibus teria parado na Polícia Rodoviária Federal, e aquele homem de mais de 40 anos que agrediu uma criança de 12 anos teria sido preso, mas eu não sabia. Então, é preciso fazer campanhas urgentes no sentido de combater o assédio às mulheres.

Aí eu quero encaminhar já dizendo que eu aceito, Ver. Luciano Marcantônio, a Emenda nº 01, feita pelo Vereador como forma de adequar o único óbice que foi apontado pela

Procuradoria, que nós não podemos obrigar a tripulação. Nós podemos fazer formação, isso nós vamos fazer, já falamos com a Nádía, vamos fazer uma campanha da Procuradoria, uma baita ideia, mas eu não posso concordar com a Emenda nº 02 do Ver. Felipe Camozzato, que tira a ouvidoria das empresas de transporte, que nós estamos propondo. As ouvidorias, em via de regra, já existem em metrô, nos transportes de São Paulo, do Rio de Janeiro, na Carris já existe ouvidoria e nós queremos criar um canal específico para as mulheres para que possa ajudar nessa estatística e para que possa ajudar na formação de indicadores da pesquisa de vitimização, tão necessários para mostrar a real ocorrência desse tipo de caso dentro dos transportes. A verdade é que a ouvidoria por si não resolve, mas a ouvidoria, o videomonitoramento pelas câmeras que já existem nos coletivos, a campanha de combate ao assédio dentro do transporte pela Procuradoria, pela Carris, pelas Secretarias, pode ajudar a empoderar essas mulheres, pode ajudar no conhecimento dos direitos, pode ajudar inclusive a combater o agressor. Fiquei pasma ao ler que em São Paulo grupos de assediadores estão fazendo grupos no WhatsApp e na Internet para se vangloriar do assédio ao nosso corpo. Chega de machismo! Por mais direitos para as mulheres! Respeitem nosso corpo, é nosso, não é público!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 164/17.

O SR. ADELI SELL: Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores; Ver. Fernanda Melchionna, para mim, é por demais importante poder vir aqui discutir esse projeto que trata do tema do assédio sexual no transporte coletivo de passageiros. Primeiro, porque o transporte público – e a gente fala transporte público porque ele é público, Alex – tem que ter a fiscalização do Poder Público, cabe à EPTC fazer a fiscalização do transporte. Ultimamente, a EPTC tem feito apenas a fiscalização do trânsito, mas tem que fiscalizar o transporte. Como em casos onde há recorrência desse nefasto ato de assédio sexual, a Brigada Militar também tem que fazer a sua parte porque ela é a polícia ostensiva. E se as questões assim exigirem há que se falar com o chefe de polícia para que se façam ações inclusive com a inteligência policial. O que esperar hoje

de alguns setores da sociedade quando a maior estudiosa do tema de gênero no mundo, a sábia filósofa Judith Butler, é agredida no aeroporto, em Brasília? Nós temos que estar triplamente vigilantes em questões federais, estaduais e municipais, mas a nossa competência, agora, neste momento, é municipal e vamos, sim, Fernanda, legislar para termos garantia da dignidade das mulheres. Muito bem postas as questões por V. Exa., há pouco, desta tribuna, eu a sigo e assino todas elas, absolutamente todas elas. O feminismo que alguns desdenham, inclusive que algumas mulheres infelizmente desdenham, é algo de incrível importância para a humanidade. Não fossem as mulheres, ditas bruxas, loucas, do passado, o que seria da humanidade em 2017, quando os tempos sombrios cobrem os céus da Nação brasileira? Nós não podemos tolerar nenhum regresso, nenhum aspecto que afronte a dignidade das mulheres, a dignidade da pessoa humana. Isso está esculpido na Constituição Federal e nós temos que fazer valer a força normativa da Constituição, a força normativa dos princípios das nossas leis, e que as normas não possam fugir desse arcabouço legal da Constituição brasileira e que faz com que nessa pirâmide todas as outras leis que venham abaixo tenham consonância com a Lei Maior, que é a Constituição Federal.

Por isso nós acompanhamos o projeto dos colegas Fernanda, Alex e Roberto Robaina, porque nós concordamos integralmente com o seu conteúdo e queremos avançar a cada dia mais, passo a passo, para que a humanidade vá em direção à solidariedade, ao respeito, à dignidade, e que possamos ter uma convivência cada vez mais cidadã. Por isso, inclusive, hoje, mais do que nunca, nós estamos a defender a comunicação não violenta, para que façamos o diálogo, discutamos princípios e que possamos nos guiar pelas questões que são os direitos fundamentais, porque eles são o alicerce de uma nação livre e independente e que vai garantir o estado democrático de direito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 164/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, por incrível que pareça, nós precisamos criar uma campanha contra o assédio sexual nos ônibus, no transporte coletivo. Acho que essa

é a razão disso, por vários Vereadores e Vereadoras já está exposto, são evidências claras, graves, escandalosas que nós deixamos estupefatos de que isso existe, desde as questões discretas ou aparentemente galanteadoras, até as violências explícitas de alguns homens, sujeitos machistas, em relação às mulheres.

O que queria acrescentar para um tema tão importante é que nós, Comandante Nádia, estamos muito longe de erradicar o machismo. Essa semana que passou, perdemos mais uma mulher, em Alvorada, numa situação repetida, banal, igual a tantas outras, que é a violência praticada pelos parceiros, pelos namorados, ex-namorados, maridos, ex-maridos. Violência que só se sustenta pela posição desigual, ou seja, uma posição inferiorizada da mulher em relação ao homem. Não há o que explique, a não ser o sexismo, que é denunciado pelo termo e pelo conceito de gênero. É importante que a gente desmistifique, esse é um debate que às vezes fica polarizado, fica caricaturado, porque o conceito de gênero é apenas um conceito para mostrar claramente isso, que a construção do homem e da mulher em cima do argumento biológico é uma construção desigual, é uma construção que coloca a mulher numa condição pior, com menos autonomia, recebendo menores salários, com menos visibilidade e valorização do seu trabalho ao ser destinada ao trabalho doméstico. É uma condição que cria também no homem uma sensação de superioridade, portanto uma dependência dessa superioridade. Homens que agredem, que oprimem, que submetem as mulheres ao assédio sexual, à violência sexual, ao feminicídio são homens que foram criados na cultura do macho, essa cultura da superioridade. As campanhas, como esta proposta, são campanhas que tratam da situação já adulta, situação já manifesta do sujeito homem e mulher criados nessa cultura sexista. Elas são extremamente necessárias porque são gerações criadas nessa cultura e que a reproduzem. Nós, ao fazer essa campanha, quicá possamos chamar a atenção das mulheres para o seu direito, que eu acho que esse é um sentido importante, Fernanda e Alex, porque muitas mulheres não percebem muitas vezes que estão sofrendo assédio, porque às vezes ele vem travestido de galanteio, de elogio, um elogio à autoestima. E pelo fato de não ser percebido, por muitas desavisadas, por outras, pela vergonha de denunciar, pela impossibilidade de denunciar, pela vergonha de passar por isso em público, elas deixam passar. Talvez um cartaz, uma campanha, uma propaganda, uma ouvidoria, uma orientação, que é a que propõe o programa para motoristas e cobradores, possa vir a apoiar essa mulher, ajudá-la a compreender o que está

acontecendo e ajudá-la a evitar e a reagir. Então, se de um lado serve para coibir homens criados ainda machistas e que se sentem autorizados a assim agir, de outro lado também auxilia mulheres a perceberem a violência e apoiar essas mulheres a reagir diante dessa violência. Parece-me muito acertada, tem o apoio total da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com certeza, e que possamos criar uma solução para esse tema da ouvidoria. Porque não basta capacitarmos, nós precisamos que haja pró-atividade das empresas de ônibus no sentido de combater e não deixar impunes, porque nós não temos como erradicar o sexismo se isso não for um compromisso de toda a sociedade, em todos os espaços, em todas as ações e em todas as políticas públicas. E, claro, para nós, a origem, a fonte do machismo tem que ser encarada. Não só coibir as manifestações machistas, mas nós precisamos criar uma cultura que produza homens e mulheres que não sejam sexistas, que sejam igualitários capazes de tratar a mulher com o respeito que ela merece, que é o mesmo que o homem merece também. Portanto, que essa campanha possa chegar nas escolas, nas famílias, nas crianças e nos adolescentes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLL nº 164/17.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLL nº 164/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 164/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o PLL nº 164/17. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/17.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, rapidamente, apenas para encaminhar em nome do Partido Progressista, da Ver.^a Mônica Leal, Ver. Cassiá Carpes e Ver. João Carlos Nedel, para dizer que com a emenda que foi proposta, aceita pela autora e pelo Ver. Felipe Camozzato, autor da Emenda nº 02,

também com o acréscimo da Emenda nº 01, o Partido Progressista encaminha favorável à votação do projeto, pelo seu mérito de enfrentar a grave questão dos assédios sexuais no transporte coletivo. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 164/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 164/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 164/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Presidente, *venia* de V. Exa., nós estamos aqui propondo a Comenda Porto do Sol, por ocasião da Frente Parlamentar de Incentivo ao Cooperativismo e nós gostaríamos de, havendo possibilidade, com anuência do Ver. Camozzato, que nós pudéssemos votar o título da referida homenagem, porque o Sicredi completa, este ano, 50 anos. E é neste ano que nós precisamos comemorar os 50 anos, no ano que vem já serão 51, e como nós já estamos em novembro, havendo possibilidade, com o compromisso de que nós não vamos encaminhar, para já podermos realizar os atos relativos à condecoração do Sicredi, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, passando, de imediato, à discussão e votação do PR nº 043/17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon: Vereador-Presidente, não sei se os Vereadores já receberam a informação, mas quero informar V. Exa. e os Vereadores que recebi o informe de que a categoria, em assembleia geral, decidiu, por ampla maioria, encerrar a greve dos municipais nesta tarde, e acho que devemos receber essa grande notícia como também uma resposta a esta Câmara que manteve uma interlocução muito qualificada com a

categoria. Ganha a cidade de Porto Alegre e espero que possamos continuar fazendo esse diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ótima notícia, Ver.^a Sofia. Feito o registro.

Em discussão o PR nº 043/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o Requerimento 175/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17.

O SR. ADELI SELL: Ah, meus amigos liberais, vamos ao debate. Num momento em que os Correios conseguem fazer o maior contrato da sua história, Ver. Camozzato, você nos propõe essa moção? Quero propor inclusive, especialmente ao Camozzato, sempre elegante, educado, como V. Exa. também, de fazermos grandes debates que, certa feita, o Ver. Robaina nos provocou aqui, e outros poderiam participar, como o Ver. Valter, que também se somou, num dia, a um debate aqui, com serenidade, com tranquilidade, sobre essas grandes questões da economia nacional. Não acho correto, não acho correto passar por uns trocos a Eletrobras por R\$ 12 bilhões. Se nós pegarmos todos os processos que têm a ver com a Eletrobras, nós chegaremos perto, Camozzato, de R\$ 300 bilhões. Eu sei que Vs. Exas., os verdadeiros liberais, têm uma propositura e batalham por ela, que é: “menos estado, mais economia privada”. É uma tese que eu quero discutir, que nós devemos discutir. Mas hoje, com todo respeito, nós não podemos aceitar. Neste momento de dificuldades - por ação do seu corpo técnico, dias atrás, o pessoal veio conversar com o Presidente aqui sobre os Correios – os Correios estão conseguindo um contrato impressionante, que vai lhe dar fôlego em nível nacional para uma recuperação. Eu queria ficar no episódio Eletrobras, porque nós já estivemos na iminência de um superapagão. Por isso, Ver.^a Sofia, nós estamos aqui para, em nome da nossa Bancada, Sgarbossa, Lídio, dizer: “Vocês, neste momento, estão redondamente enganados.” A sua posição é contra o caminhar que nós precisamos fazer na economia brasileira, nós precisamos fortalecer as boas e poucas companhias públicas que caminham para a frente. O Governo Fernando Henrique Cardoso privatizou a Eletrosul, o Governo Lula foi lá e reverteu e transformou a Eletrosul numa pujante companhia. Se vocês quisessem

discutir a CGTE, eu acho que V. Exa., eu e outros iríamos discutir a CGTE, por causa dos erros cometidos no passado, inclusive, da nossa gestão que não conseguiu dar a volta por cima, tal os problemas que encontrou na CGTE. Nós não somos toscos de negar a parceria público-privada. Jamais! Foi o nosso Governo que aprovou a parceria público-privada. Eu dirigi o Parque de Exposições Assis Brasil, e foi na minha gestão, em 2014, que a primeira PPP efetiva do Estado do Rio Grande do Sul foi para a rua. Se ela não vingou, Ricardo Gomes, é um problema meu! Por sinal, seu partido está lá, e eu gostaria de fazer esse debate, porque com vocês, Camozzato e Ricardo, eu quero discutir essas questões, pois encontro em vocês debatedores de nível, para que possamos pensar a sociedade do futuro, mas eu não os acompanho nessa posição, minha bancada também não, porque o que vocês se propõem a apoiar, no caso da Eletrobras, eu considero inaceitável, como foi com a Companhia Siderúrgica Nacional. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, Ver. Camozzato, tem muito mito nessa história, e tem muito interesse. Obviamente que tem o interesse do privado, e é legítimo, desde que haja marcos legais bem definidos, que estabeleçam em quanto tempo se dá a taxa de retorno, qual é o lucro contratualmente estabelecido – as estradas que foram concedidas são assim –, e tem o interesse, que não é nem do público, antes fosse, das corporações. É muito pior, porque aí é privatização do interesse público, do interesse da sociedade para atender a um determinado grupo.

Eu recebi o pessoal do DMAE aqui, e vou abrir um parêntese especialmente para falar do DMAE: tenho o maior respeito pelo DMAE, que, no ano passado, deu R\$ 300 milhões para a Prefeitura, dinheiro que era para estar sendo aplicado em esgotamento, em tratamento, para botar dinheiro no caixa único. Este ano, deu mais R\$ 35 milhões, não está aplicando naquilo que deveria aplicar, legalmente, nas obras de infraestrutura da Cidade, e tem que ser muito melhor cuidado, até aí, é uma questão A outra questão, é o que está aqui, que não é privatização. Eu apoiei os servidores em muitas bandeiras, mas o que está posto aqui não é privatização, é a possibilidade da realização de PPPs, que

tem que ser discutida. Ninguém, quando for votar isso aqui, vai estar dando uma carta em branco para fazer a privatização do DMAE, até porque o gestor que fizer isso é burro, acima de qualquer coisa! Vai entregar algo que todo ano está dando recursos para o Município e que tem, historicamente, um compromisso com a Cidade. Diferente da Carris, por exemplo. Se o DMAE todo ano está aportando R\$ 335 milhões, nos últimos três anos para os cofres públicos, a Carris, só neste ano, deu para a Prefeitura um prejuízo de R\$ 35 milhões, e no ano passado, R\$ 55 milhões! O contribuinte foi consultado? Será que não se tem que fazer um plebiscito para saber se o contribuinte está a fim de tapar um buraco anual de R\$ 55 milhões, Ver. André Carús? Na própria Procempa - os servidores estavam aqui -, tudo lá é duas, três vezes mais caro do que o valor de mercado. E a Procempa está dando prejuízo. O Executivo já teve que aportar mais de R\$ 3 milhões do caixa único da Procempa para fazer complementação. Muitas vezes na questão salarial. Agora vamos falar dos Correios, que é o que o Vereador está propondo. Nas últimas duas eleições, eu fui contratar o serviço que os políticos podem contratar: vai lá, recolhe o recurso de quem está te apoiando, declara na Justiça Eleitoral, faz a prestação de contas e contrata aqui. Na época das eleições, o que as corporações dos Correios fizeram? Greve, por duas vezes! E aquele dinheiro que a gente pagou, botou fora! O que as corporações precisam entender, Comandante Nádia, é que às vezes elas corroem de tal forma no seu interesse próprio as instituições as quais elas devem servir que acabam por inviabilizar as instituições. Vejam o caso da CEEE. Ver. Nedel, é possível que uma empresa de energia elétrica que vende uma coisa que todos nós temos que utilizar, que é a energia, esteja quebrada? E foi quebrada pelos interesses corporativos! Porque numa empresa pública S. A., os caras entram na Justiça. Na iniciativa privada eles seriam demitidos, mas não na empresa pública. Aí tiram uma segunda empresa e não se apercebem e continua tudo igual. É essa a questão que temos que discutir sem preconceito. Afinal de contas, isso é interesse da sociedade de um modo geral e, portanto, do interesse público ou de interesse específico de alguma corporação? Porque se existem – e existem – privatizações malfeitas, existem, por outro lado, privatizações muito bem feitas. A Embraer é um orgulho internacional hoje, e era uma estatal! A Companhia Siderúrgica Nacional criada no Governo Getúlio Vargas foi privatizada e hoje é uma empresa com belíssimos resultados! Agora, têm algumas outras, o Ver. Adeli fala aqui na CGTE, um escândalo no Governo da Alemanha com um desvio de quase R\$ 500

milhões, até hoje ninguém foi para cadeia e os diretores ganhando um salário de R\$ 30 mil por mês! Então, quer dizer, têm alguns casos que é cabide de emprego, que é interesse corporativo, e que nós não podemos pactuar. Têm alguns casos que são serviço público essencial, e que nós achamos que tem que haver o público para fazer, inclusive, uma modulação. Quando nós falamos aqui de telefonia, eu e o Ver. Adeli estamos presidindo a CPI da Telefonia, eu até defendia, naquela época, que 51% permanecesse estatal da CRT, e que se vendesse 49%. Por que não poderia ter até hoje, por exemplo, uma empresa estatal de telefonia para fazer um *benchmarking* com as empresas privadas? E quem sabe, lá na Arena do Grêmio, onde teve um *show* anteontem, que não tinha sinal de telefonia, uma empresa pública não pudesse colocar? E quem sabe lá no Belém Velho, onde não tem sinal de telefonia, essa empresa, pois não há interesse econômico que não viabilize, pudesse colocar uma torre?

Então, eu acho que nós estamos num momento atual da história, porque essas questões, para além dos descortinados interesses que existem, precisam ser discutidas. Agora, para além de tudo isso, é forçoso que se reconheça que as corporações dilapidaram os Correios; que o Fundo de Aposentadoria que era dos servidores dos Correios foi roubado pelas corporações que estão lá dentro, e que esses desvios têm acontecido, muitas vezes, representando, inclusive, interesses políticos de determinados partidos, que por sua vez, se retroalimentam dessas mesmas corporações. Então, isso não pode ser pedra de toque, e nós precisamos conversar isso com maturidade, e várias empresas, sim, Sr. Presidente, precisam, podem e devem, inclusive, ser privadas, porque o Estado tem que ser menor; sim, o Estado não comporta tudo. E algumas outras que precisam ser públicas e que devem ser públicas, devem ser mantidas nessa condição para que se possa fazer essa cotização, ter paradigma e que se possa, em alguns casos, levar para aquelas populações que mais precisam desse serviço, que não é caso dos Correios, infelizmente, nesses últimos anos, dilapidado que foi por uma corporação insensível que está lá dentro, sugando da empresa e acabando com um dos grandes patrimônios que o Brasil tinha, que eram os Correios e Telégrafos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho encaminhar a votação do Requerimento do Ver. Felipe Camozzato, de uma Moção de Solidariedade, pelo meu Partido o PSOL. Portanto falo em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do meu colega de Bancada, o Ver. Roberto Robaina. Antes de mim, fez uso da tribuna o Ver. Adeli Sell que muito bem destacou alguns pontos que precisam ser analisados, falou sobre a Eletrobrás, falou inclusive sobre o contrato que os Correios firmaram recentemente, e eu gostaria de aprofundar esse debate e falar a respeito dos nossos bancos públicos. A Caixa Econômica Federal, que hoje está sob ameaça direta do Governo Federal de privatização da sua instituição, é um banco essencial para o nosso País. Se nós colocarmos dentro do escopo dos bancos públicos o nosso Banrisul, nós teremos por uma dessas instituições uma cobertura, em termos numéricos de agências bancárias, que daria o equivalente quase a totalidade dos bancos privados somados. Isso significa que, para a iniciativa privada, para os bancos privados, o que interessa é instalar agências em Municípios economicamente para eles. Essa é a lógica da iniciativa privada, é o lucro. Eis que um banco público não pode priorizar única e exclusivamente o lucro, ele tem que priorizar os serviços ao indivíduo, e os Municípios com pequeno percentual populacional, com uma população muito baixa de cinco mil, dez mil habitantes, não é rentável, não é vantajoso para um banco privado. Agora a presença de uma agência bancária em Municípios pequenos geralmente se dá pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul. São essas agências que o indivíduo pobre, o habitante desses pequenos Municípios têm para sacar o seu dinheiro, para pagar suas contas. É a essa agência bancária que esses indivíduos vão buscar a sua vida econômica e, se isso for transferido para a iniciativa privada, muito provavelmente, esses Municípios ficarão sem esse tipo de serviço. O cidadão vai ter que se deslocar para o Município maior e vizinho que não abre no final de semana. Se o homem ou a mulher é trabalhador, não poderá acessar uma agência bancária, porque, tendo que se deslocar para outro Município no seu horário de almoço, dentro do expediente bancário, fica inviabilizado esse tipo de prática.

Cabe destacar também que a Caixa Econômica Federal faz a administração das contas do FGTS, e esse tipo de trabalho não gera grandes receitas, portanto não é de interesse das instituições privadas administrar a carta de FGTS. Também não é de interesse das

instituições privadas abrir crédito para moradia popular. O meu primeiro imóvel foi comprado com recursos do FGTS, e eu pagava R\$ 170,00 por mês à época. Foi o que me permitiu – professor iniciante, na época em que eu dava aula para o Ver. Felipe Camozzato, autor desse projeto – comprar o meu primeiro imóvel, prestes a me casar. Fechando os bancos públicos e transferindo esse serviço para a iniciativa privada, quem mais precisa dos seus serviços vai ficar desguardado. Portanto, eu peço a reflexão dos Vereadores e Vereadoras por conta desse pacote de desestatização indiscriminado e irrestrito proposto nessa Moção, ele é danoso para o nosso povo. Nós precisamos ser mais criteriosos com relação à análise desse tipo de projeto. O encaminhamento da bancada do PSOL é pela rejeição dessa Moção, justamente por conta de colocar todas as instituições, todas as corporações no mesmo pacote. Nós precisamos de serviços públicos prestados à população mais carente, mais pobre e que mais necessita em nossa sociedade. Um grande abraço a todos, seguimos o debate.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Prof. Alex, Ver. Adeli, conversando com a Fernanda, ela pediu que eu encaminhasse, porque ela está com um compromisso neste momento, mas vem votar. Eu gostaria, em nome das nossas bancadas, de dizer que a empresa privada visa lucro; a empresa pública, o seu lucro reverte para a população para a política pública. Então nem toda ideia de privatização vai atender interesse público; ao contrário, todas as experiências, por exemplo, de privatização do saneamento são experiências que estão sendo revistas, porque geraram tarifas mais caras e porque tiraram dos governos a possibilidade de fazer política pública direcionada à população que mais precisa dela. No tema da água, do saneamento, claramente não há lucro em oferecer água para as comunidade carentes, empobrecidas, onde é preciso oferecer gratuitamente ou com uma tarifa social. Isso não tem lucro, e aí fica o Governo rendido, porque não conseguirá que a empresa faça esse serviço. Isso é interesse público?

O tema dos Correios, aparentemente uma empresa que poderia ser dispensada – acho que o Ver. Prof. Alex Fraga trouxe várias dimensões. Aqui na nossa Casa nós temos um

posto de Correio que resolve tantas questões, tantos temas, tantos problemas da população no sentido da comunicação e também no sentido da conta bancária, porque aqui existe um convênio dos Correios com o Banco do Brasil que torna acessíveis os serviços bancários que cada vez mais, inclusive, estão sendo centralizados e automatizados. E não pensem que a população brasileira tem o domínio, o acesso à tecnologia da informação que aparentemente favorece as transações bancárias para muitos. Ainda é uma grande barreira para a maioria da população mais pobre, mais vulnerável deste País a tecnologia da informação. Portanto, a agência bancária, a mediação do sujeito, do homem, da mulher, dos nossos queridos funcionários dos Correios, ela é fundamental. Ora, nós temos exemplos muito claros do que argumentou aqui o Ver. Valter Nagelstein: que, se dá prejuízo, é melhor privatizar; que, se dá prejuízo, é mal gerenciado, e o mau gerenciamento não é uma característica da empresa pública. Não, senhores! A empresa privada quebra, ela é falimentar muitas vezes, ela põe em risco os donos, os acionários, etc. Nós estamos com muitas obras paradas na cidade de Porto Alegre, o que, não necessariamente, Vereadores e Vereadoras, foi por má gestão ou falta de fiscalização. Há vários elementos que indicam isso em algumas delas, mas a maioria é por causa da empresa. A empresa não se responsabiliza com o interesse público. Se ela está achando, Ver. Ricardo Gomes, que não está bem, ela larga a obra, encerra a obra, porque se diminuir seu lucro, não está nem aí para a obra pública que ela assumiu, ela encerra, fecha, argumenta custo, isso ou aquilo. E aí a Prefeitura fica rendida. Ou então entra com pedido de aditamento, querendo mais isso ou aquilo, não consegue cumprir ou inventa que não consegue cumprir para liberar, garantir seu lucro. O compromisso da empresa privada não é com o serviço público.

No caso do DMAE, temos um exemplo maravilhoso de uma empresa pública, sim, superavitária, que consegue chegar em todos os cantos da Cidade, garantindo o famoso lucro, o tal do lucro, que ele chegue para a população: uma água tratada, com uma tarifa adequada. Ora, a PPP, Ver. Camozzato, que está sendo proposta para a Corsan, temos dados técnicos que estão sendo apresentados, provando que, através da Corsan, custaria R\$ 3 bilhões, e, se for pela PPP, vai custar R\$ 9 bilhões, uma diferença de R\$ 6 bilhões que está pagando o lucro dos acionários das empresas, que está pagando o risco, que está pagando os benefícios para quem vai investir ou lidar com o dinheiro público; investir, não, realizar obra, porque o financiamento vem do BNDES, vem do dinheiro público. Por

fim, quero defender os Correios usando o exemplo da Carris. Não dá para afirmar aqui que uma empresa como os Correios dá prejuízo. A Carris foi a empresa premiada no Brasil pela sua excelência, por oferecer um transporte de qualidade, por inovar, por oferecer conforto para o passageiro, para o motorista, para o cobrador; foi premiada porque inovou com as linhas transversais, chegando em áreas inacessíveis. Se hoje ela é deficitária, é porque teve e tem uma gestão temerária, uma gestão irresponsável com a nossa empresa pública, então não vale! E é o que tentaram fazer – está aí uma investigação definida pelo Ministério Público de Contas – com o DMAE, uma gestão temerária que agora terá a investigação, para, depois, dizer que uma empresa pública não funciona, ou que uma autarquia pública não funciona. Então, a Carris é a prova da incompetência de gestores e não a prova de que empresa pública não funciona. Por isso, nós não concordamos com uma moção de desestatização, porque significa tirar da mão do povo brasileiro a sua capacidade de produzir as políticas públicas que chegam para quem mais precisa delas. E nós precisamos defender o interesse público acima dos interesses econômicos que alguns gestores colocam e outros claramente têm como projeto, como o Prefeito Marchezan nesta Cidade, infelizmente, entregar o que é público, o que tem que ser de gestão pública para ter qualidade, para chegar para todos, para exploração privada. Não entendemos que isso possa ser um bom projeto para Porto Alegre e nem para o Brasil. Então, em nome da oposição, quero encaminhar contrariamente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17, como autor.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores, eu espero que vocês tenham prestado muito atenção na fala da Ver.^a Sofia Cavedon, porque esse pacote de desestatização iniciou no Governo do PT, no Governo Dilma, e, naquela época, o PT era favorável ao pacote de desestatizações. Agora, como a Presidenta Dilma não está mais no poder, virou contrário. Mas respondendo alguns questionamentos aqui dos Vereadores: justamente pelo momento delicado em que nós vivemos hoje é que a gente precisa discutir desestatizações, porque elas são muito importantes. Exemplo: não

falando sobre questões estratégicas, sobre a importância de termos estatais em setores que são estratégicos. Ora, depois do ar e da água, creio que a alimentação é uma das coisas mais estratégica para o ser humano, para a vida. Vamos criar uma estatal de arroz, uma “arrozbras”? Vamos criar uma estatal de feijão, a “feijãobras”? Não. Na verdade, o mercado mostra e prova que na mão do privado funciona, o qual entrega esses serviços estratégicos e essenciais para a sobrevivência humana. Então, é uma falsa ideia de que aquilo que é estratégico precisa ter a mão do governo. Aliás, geralmente, as contas estratégicas que ficam na mão do governo se saem muito mal, afinal de contas, o consumidor pobre tem acesso a um telefone celular, hoje em dia, ele tem acesso ao refrigerador, ele tem acesso à micro-ondas, ele tem acesso à máquina de lavar roupas, porque isso o privado consegue fornecer a ele. Agora, ele tem acesso ao serviço de saúde? Não. A educação pública é de péssima qualidade. Ele tem acesso à água e esgoto? Muito pouco, a gente aqui, em Porto Alegre, tem 60% da população sem acesso ao esgoto tratado. Ou seja, aquilo que depende do Estado geralmente não vai tão bem quanto aquilo que depende do privado.

Aliás, falando sobre Correios, Ver.^a Sofia, a senhora falou que os Correios estão muito mal geridos, mas que é uma excelente empresa. Cabe lembrar que, segundo levantamento da Associação dos Profissionais dos Correios – Adcap, dos 28 diretores regionais dos Correios, 16 são filiados ao PT – muito parecido com o Simpa inclusive. A privatização protege os consumidores de duas formas, é importante destacar: ela impede que, por um lado, políticos mal intencionados corrompam a estatal, como aconteceu com a Petrobras recentemente, como aconteceu com os próprios Correios, e permite que a livre concorrência por outro lado ofereça melhores serviços para o consumidor. Afinal de contas, o monopólio estatal é o pior dos cenários possíveis, e os Correios não nos deixam mentir, todo mundo tem alguma reclamação dos Correios, e por isso que eu coloquei na Moção de Solidariedade que se faça a inclusão dos Correios no pacote das desestatizações. Vale lembrar que o mensalão iniciou nos Correios. E no quinto ano seguido de prejuízo dos Correios, os Correios projetam um rombo de R\$ 1,3 bilhões neste ano de 2017! Isso resolveria as contas de Porto Alegre inteira, por exemplo.

E cabe lembrar ao falar sobre Porto Alegre que nós temos aqui na nossa Cidade um caso evidente de má gestão e de ineficiência e de um monopólio concentrado em uma estatal que se chama Carris. A Carris tem um monopólio em linhas, ela está sob um segmento

extremamente regulamentado em que ela consegue, ao longo dos cinco últimos anos entregar em torno de R\$ 50 milhões de prejuízo, o equivalente ao orçamento da Secretaria de Segurança do Município. O que me parece é que as vozes contrárias às privatizações têm como seu maior aliado, como seu melhor argumento justamente o interesse do uso político-partidário, ou a defesa dos servidores que lá estão. E aí eu digo servidores com muito cuidado, porque existem muitos bons servidores dentro das estatais, e esses não deveriam ter nada a temer, porque bom profissional a empresa privada quer manter em seus quadros. Agora, aquele que recebe o dinheiro da estatal para ficar fazendo militância político-partidária, para ficar usando todo o seu tempo para o sindicato, esse evidentemente vai ter que procurar alguma outra coisa para fazer, e obviamente não será mais pago com o dinheiro do pagador de impostos, porque este vai estar alocado naquilo que deve ser essencial: saúde, segurança e educação.

Cabe lembrar, para finalizar a fala do ex-Presidente do Partido NOVO, o Partido NOVO defende a desestatização por sua natureza. João Amoêdo coloca que o Brasil não precisa de um Estado grande porque é pobre – como se afirmou aqui. Na verdade o Brasil é pobre justamente porque tem um Estado grande. É isso que a gente precisa mudar para ser um País desenvolvido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero cumprimentar o Ver. Felipe Camozzato pela proposição, mas dizer que voto contra. Começo com a questão do monopólio das linhas da Carris, um exemplo da história do desenvolvimento econômico do País, que não anda bem.

Neste País, desde que se começou a industrialização da nossa Pátria, tivemos grandes investimentos públicos, energia elétrica, comunicações, petróleo, o próprio Correio, aviação e outros. Começou-se com investimento público e, quando tivemos estabilizados esses investimentos, foi transferido, a troco de banana, quase tudo para a iniciativa privada, muitos dos casos para empresas, megaempresas multinacionais, e pior,

financiado com dinheiro da Pátria brasileira, através do BNDES, a juros também a preço de banana.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Não, não tem que dar lucro mesmo. Os caras compram tudo, construído, pronto com dinheiro da Nação, do povo brasileiro, de graça. A Carris tem seus monopólios de linhas, porque o empresariado do transporte não quis assumir as transversais que davam prejuízos. Foi por isso, até hoje toda essa questão de maravilha. Dizer que na mão do privado a coisa funciona, claro que funciona, no País funciona, porque, quando se empresta ao microempreendedor, vendedor de pipoca, a juros de 3% ao mês, para multinacionais se empresta bilhões do dinheiro do povo brasileiro, a juros de 6, 7 ou 8% ao ano e com uma carência de seis, sete, oito anos. E dizer que nós, do setor público, somos o problema do País é também desconhecer a questão.

Sou funcionário há 42 anos, tudo que acontece no País o problema sempre é o setor público. Eu fui Diretor-Geral do DEP, para dar um exemplo, se tem um bueiro entupido, morador de Porto Alegre, empresa milionária não limpa o bueiro. Não limpa o bueiro, eles pedem que a Prefeitura vá lá limpar. O Estado é do tamanho das demandas do País. Quando aconteceu a tragédia da boate Kiss, a primeira coisa que eu ouvi na imprensa foi dizerem que era problema da fiscalização pública.

O empresariado colocou um troço de quinta categoria, altamente inflamável, entupiu aquela boate, e o problema é do setor público. Repito: 42 anos de serviço público, eu tenho uma história, porque conheço bastante bem a questão do setor público. Dizem ainda que as corporações dilapidam o País. Aí deram o exemplo dos Correios.

Nós temos uma instituição generalizada de corrupção e corruptores, onde só se fala na corrupção; nos corruptores, nunca. Nós temos – e isso é de assustar e nós já sabemos bem.

E só para concluir, as privatizações entregam – ao que sou contra –, a preço de banana, o patrimônio construído com o suor do nosso povo brasileiro.

Por isso, respeitando a proposta, que merece, sim, uma discussão, mas eu teria muito mais coisa falar, me coloco contra a privatização. Já tinha pedido, inclusive, uma

comissão para tratar disso, mas não teve espaço, em razão de não ter aqui na Casa mais espaço para isso. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, diz o pensador paisano que *“nada es verdad ni mentira, todo es según el color del cristal con que se mira”*. Nada é verdade nem mentira, tudo depende do espelho em que se olha. Falar, Sr. Presidente, na manutenção deste estado balofo que é o Estado brasileiro é um ato de grande coragem. O Brasil está literalmente quebrado, e outra razão não é senão a excessiva estatização da nossa economia. Evidentemente existem algumas palavras que no Brasil viraram tabu, entre elas a expressão “privatização”. Tanto isso é verdadeiro, Ver. Adeli, que nos governos do seu Partido se fizeram concessões, parcerias público privadas, contratualização, nunca um governo tirou tantas atividades do Estado como o governo do Partido dos Trabalhadores. E não o fez por convicção ideológica, ele o fez por absoluta necessidade, porque o mundo inteiro está indo nesse caminho. Ou os senhores acham que essa explosão econômica da China, que, em pouco tempo, se transformou na grande potência econômica do mundo se deu em função da privatização da economia chinesa? Isso é engano. Nenhum lugar do mundo é tão receptivo a atividades econômicas desenvolvidas por parcerias privadas do que na China. Aqui no Brasil, por exemplo, na proposta do governo atual, existem algumas propostas até já superadas, porque o Governo do Partido dos Trabalhadores, do PMDB, da grande composição que foi destituída do poder, nesse governo já havia feito várias alterações nesse sentido. E não é ideológica a posição, não é o partido NOVO que tem uma posição ideológica nesse sentido nem eu que sou velho e liberal tenho essa posição; é a necessidade absoluta que a economia brasileira tem de que ocorra uma desestatização, sob pena de nós continuarmos nesse buraco que a sociedade brasileira vive, como os funcionários públicos que não têm o seu salário para receber. Porque as empresas estatizadas - em vez de gerar lucro, como é acusada a economia privada de procurar fazê-lo - geram prejuízo que se acumula ano após ano, e isso agrava os aspectos econômicos da vida

nacional. Então, Ver. Camozzato, V. Exa, na juventude, pode ter escrito demais aqui, mas escreveu, exatamente, mexeu no cerne do problema. O país, do jeito que está, não pode continuar. Ou se faz reforma ou se retira o Estado de vários setores da economia, onde nunca deveria ter entrado, ou se destrava a economia brasileira, fazendo com que algumas providências economicamente consequentes se realizem, ou então, sinceramente, nós vamos aprofundar essa crise que já vai longe demais. Por isso, Vereador- Presidente, eu quero, por óbvio, declarar meu irrestrito apoio a essa proposta, especialmente porque ela é corajosa. Eu vejo, por exemplo - alguns Vereadores defenderam e outros são contrários à proposta - que a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dizendo que ela está fazendo grandes projetos que vão dar resultado agora, na verdade são mais uma expectativa. Porque o que ocorre hoje é prejuízo em cima de prejuízo que cada vez mais têm que ser suportados pelo contribuinte nacional, e, mais do que prejuízo, há o desgaste do prestígio de quem já foi uma grande empresa, mas que, politizada ao extremo, partidarizada ao extremo, gerou o que está gerando nos dias atuais. Continuar com a EBCT desse jeito é um crime contra a sociedade brasileira que, inclusive, tem prejuízo de toda ordem. Nós mesmos, por menor que seja, mandamos um convite ou uma comunicação pelos Correios e esquecemos de perguntar se eles estão em greve e aí a mensagem não chega em tempo hábil, Dr. Goulart. Então, agora não é mais discutir privatização ou estatização; é eficiência, consequência, racionalidade para sair desta masmorra em que o País tem vivido nestes últimos anos, que está nos afundando cada vez mais. É hora de dizer não para tudo isso. E a proposta do Partido Novo, muito bem defendida aqui por vários colegas, é exatamente nesse sentido. Basta de nós termos este Estado gordo, inchado, ineficiente, incapaz, perdulário, gerador de corrupção. Um grande gerador da corrupção brasileira é este Estado gordo, que, indiscutivelmente, faz com que até mesmo os maiores defensores da economia privatizada se sintam no dever de recuar, porque veem um país desmanchado pela roubalheira, pela corrupção. Eu estou plenamente solidário com o Partido Novo nesta proposta. Vou votar obviamente a favor da mesma.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 175/17.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, antes de mais nada, acho que é importante nós, aqui, como PDT, como partido, nos posicionarmos em relação a este debate, e eu tenho reafirmado isso onde tenho oportunidade. Primeiro, quero dizer que, para nós, o que é fundamental, neste momento de crise e de amplo debate da sociedade sobre diversos assuntos, reafirmar algumas posições e onde nós nos encontramos. Diante disso, nós mantemos a nossa convicção em relação a rechaçarmos o Estado Mínimo; agora, podemos ter um capitalismo com controle social. Ao mesmo tempo em que nós, repetidamente, erguemos as nossas bandeiras em relação à responsabilidade social – e eu digo aqui no campo da educação, da saúde, do campo social, da assistência social – nós também voltaremos a esta tribuna para reafirmar, Ver. Ferronato, o nosso compromisso com a responsabilidade fiscal.

O que eu vejo neste debate muito politizado em relação às privatizações, e sempre há, evidentemente, interesses diversos a esse respeito. Primeiro, eu não sou um conhecedor profundo do mercado, mas se tem algo que está forte – o debate do futuro promissor em relação à economia do nosso País e de novas oportunidades – é o *e-commerce*. E a logística é um dos grandes debates e um dos mercados mais efervescentes que nós temos na economia. Aliás, a logística já toma conta do custo das empresas na ordem de 30%; em alguns setores vai a mais, por diversos motivos. O fato é que há um mercado efervescente. Eu acho que esse debate tem que ser profundo e não pode ser ideologizado, para que nós consigamos construir o que há de mais importante para a nossa economia. É claro que a gente percebe que os interesses vêm para fora quando surge isso. Evidentemente que, quando a gente olha uma Carris, vamos aqui para a nossa terrinha, se nós formos olhar a nossa Carris, conversar com alguns técnicos que ainda lá estão, com alguns companheiros, qual é a situação da Carris? Ora, primeiro há a vontade de um governo de privatizá-la, talvez até entregar, para se livrar do suposto prejuízo que a Carris tem dado ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, a gente percebe que lá eles têm vários ônibus sem manutenção! Parece que há um interesse para que isso aconteça. Não é diferente no nosso DMAE, que a gente percebe que os investimentos acabaram, Alexandre, no DMAE, para quê? Para que chegue no verão e falte água, para que justamente justifique o interesse ao modelo de estado que os que governam a Prefeitura hoje enxergam, e alguma representação aqui da Câmara ainda

leva adiante. Enfim, esse é o debate que nós temos que colocar que está acima do que é aquilo que permeia. Então, diante disso, nós temos uma posição muito concreta em relação a isso, do estado necessário. Nós rechaçamos o estado mínimo, mas um capitalismo que tenha controle e que nós possamos ter muita responsabilidade tanto no campo social como na área fiscal. Por isso nós vamos votar contra a proposta, que me parece muito mais na onda dos interesses dos novos mercados do que propriamente possa discutir o verdadeiro interesse da população brasileira. É isso que temos que debater, esse é o nosso papel, debater aquilo que é de real interesse à nossa população. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Ricardo Gomes (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h10min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Lídio Santos está com a palavra em Comunicações.

O SR. LÍDIO SANTOS: A gente quer falar também sobre as obras da Grande Cruzeiro que continuam paradas, este Governo continua nos desprezando lá, os moradores estão sendo despejados, Presidente, pelo não pagamento do aluguel social. Há mais de seis meses que as pessoas não recebem o aluguel social, Alexandre, estão atrasados seis meses, estão sendo despejados de sus casas. A pessoa que aluga não quer saber se a Prefeitura está procurando saber se há desvios, que estão analisando, quem aluga não quer saber disso, quer saber de receber o aluguel certinho. As pessoas têm contrato certinho, está tudo documentado, mesmo assim, não está sendo pago o aluguel social, e

as pessoas também estão perdendo as suas casas que compraram com o bônus-moradia, que a Prefeitura não pagou. Entregaram a casa, entregaram o bônus-moradia para o outro comprador e pediram a casa de volta porque não recebem há mais de um ano o bônus-moradia. Isso já vem da gestão passada, se alastra nesta gestão, pior ainda, porque não tem prazo. E a população vai ficando sem casa. A gente está no meio dos esgotos, no meio de buracos, de ratos. Agora, vem o verão e aqueles buracos lá. O DMAE tentou vários parceiros que ajudaram, mas a culpa não é do DMAE; é da Prefeitura que diz que não tem dinheiro para pagar a tal de obra. Mas como isso já foi pago – o próprio Marchezan falou que já foi pago esse dinheiro –, cadê esse dinheiro, então, da obra da Copa? Então, Ver.^a Sofia, quero saber onde está esse dinheiro e até quando as pessoas vão ficar sofrendo nas mãos da Prefeitura, no caso, desta obra? Então a gente vem aqui para dar voz a isso e lutar por aquelas pessoas, aqueles moradores que estão perdendo as suas casas. E vamos até o fim desta luta, vamos cobrar do Prefeito. Também somos contra as privatizações, principalmente, o DMAE. Privatizar o DMAE é piorar a qualidade da água, é aumentar o valor da água. E aqueles que já não têm água hoje, não terão água com as privatizações. Imagina a água privatizada, já não tem água agora, imagina ela privatizada. Então, a gente está num estado de exceção com perda de muitos direitos dos moradores das comunidades. Ontem, a Lomba do Pinheiro, protestando, já não tinha água, então, imagina com ela privada. Então, defender as privatizações é dar valor, é largar a nossa água na mão dos empresários. Vai ser pior ainda, eles falam: “Mas tem a opção...” Vai ser pior ainda, porque vai ser a escolha do amiguinho do fulano, do amiguinho do rei, que vai estar com a empresa lá comandando a nossa água, vão vender a nossa água a preço de banana. Essa é a nossa luta, Marcelo, pela população que já está sem água, que está sem casa, daqui a pouco sem luz também. Essa extrema direita quer privatizar tudo. Vamos à luta, contem com a gente nesse mandato, com a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos estar juntos até o fim. Não à privatização, vote essa obra de uma vez e casas para a população.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Comandante Nádia.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Presidente e Vereadores, nesse último final de semana houve um *show* internacional de *rock* em Porto Alegre de uma das maiores bandas do mundo, que se chama Coldplay. Essas questões, em qualquer lugar do mundo, funcionam da seguinte forma: as pessoas são fãs, essa é uma atividade cultural, o cara vem de todos os lugares do Rio Grande do Sul, de fora do Rio Grande do Sul, do exterior, lota o *trade* turístico, lota os hotéis, os restaurantes, utiliza o transporte da Cidade, os táxis, os aplicativos, enfim, tudo isso movimenta uma enorme cadeia econômica que, por sua vez, vai desaguar nos cofres públicos, em arrecadação de ISS, em giro da economia; no próprio local onde o *show* se estabelece tem a montagem do palco, tem engenheiros que são contratados, tem técnicos de som, operadores de som, seguranças, enfim, é uma cadeia produtiva enorme e funciona em qualquer lugar. O Poder Público, normalmente, apoia, e tem que apoiar, porque interessa ao Poder Público exatamente por isso, porque movimenta o *trade* econômico e turístico da cidade, porque enche os hotéis, enfim, todas essas coisas. Pois bem, todas as cidades do mundo disputam esses grandes *shows*. Esse pessoal veio para o Brasil, tocou em São Paulo, em Brasília e em Porto Alegre. Não foram ao Rio de Janeiro e nem em capital do Nordeste. Um espetáculo belíssimo, um dos mais bonitos que Porto Alegre já teve, não só de música, de luzes, de interação com o público de 58 mil pessoas. Na saída, ali na Leopoldo Brentano, um verdadeiro caos estabelecido! O mesmo caos de todos os jogos do Grêmio e em jogos como o do Brasil e França e outros. Tinham três “azuizinhos” na rótula da A.J. Renner com a Leopoldo Brentano. Eu estava há 50 minutos parado dentro do carro esperando que o trânsito andasse. Desci e fui falar com eles, me apresentei dizendo que era o Vereador Fulano e perguntei por que não estavam agindo no trânsito. Eles parados com apitos na mão. Um me disse que eram em oito agentes designados para o espetáculo. Eram 55 mil pessoas! Um evento de categoria mundial! Colocam três agentes na esquina da A.J. Renner com a Leopoldo Brentano, três lá no final da A.J. Renner e provavelmente dois na esquina da Voluntários com a Arena! Não tem como funcionar! O agente de trânsito é autoridade, não é só para multar, fazendo campana em descida de viaduto, em curva, em entrada de BR. Não é só sair de R\$ 24 milhões no ano passado para R\$ 58 milhões de multas neste ano, é participar desses grandes espetáculos de forma pró-ativa. É tirar o apito do bolso. Parece que os agentes da EPTC acham que usar o apito é diminuição para eles. Eu nunca vi eles usarem o apito, é um instrumento do trânsito. Dá um silvo, dois silvos, tem

até técnica para isso e eles não usam. Então aconteceu o caos! Era a lei do salve-se quem puder. Não estou defendendo motorista infrator. Mas a autoridade de trânsito tem que estar ali para orientar o trânsito! Segura um, manda passar outro. Cria baias para estacionamento para os veículos de turismo que vêm do Interior. Organiza os táxis e os aplicativos. Dá ordem e fluxo para o trânsito! Nós tivemos dentro da Arena um espetáculo de primeiro mundo comparado com o que se vê de melhor na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia e do lado de fora o trânsito da Índia! Como vemos nos filmes, com elefantes, macaco, lambreta, um ônibus, uma verdadeira esculhambação. E a gente paga imposto. Então, a gente precisa que a autoridade de trânsito atue com planejamento. Depois a EPTC me respondeu, dizendo que tinha 30 agentes de trânsito destacados. E eu estou relativizando esse número, os 30 agentes que a EPTC fala que foram destacados são para o dia inteiro, desde a manhã até a noite. No horário da meia noite, quando terminou o *show*, eram oito agentes de trânsito atuando. E aí, não é só esse caos, eu tenho o relato de pessoas que ficaram lá até as duas da manhã, porque não conseguiam acessar táxi, numa região, infelizmente, ainda erma da Cidade, com pouco acesso de infraestrutura, pouca Polícia Militar. E para completar esse quadro da dor, Presidente, ninguém tinha acesso a aplicativo de celular, que é uma coisa que nós vamos incluir aqui na CPI da Telefonia. Então, o cara que queria chamar um Cabify, um Uber, através do seu aplicativo, estava mudo, porque não tem sinal de celular naquela região também.

Então, não é aceitável isso, e demonstra, Ver. Bosco, tu que ficaste à frente de uma Copa do Mundo aqui, que nós, infelizmente, não aprendemos nada com a Copa, e não estamos aptos a receber empreendimentos e espetáculos dessa natureza. Nós temos que aprender que é preciso se planejar para isso, é preciso receber bem as pessoas, é preciso dar vazão ao trânsito, é preciso infraestrutura, é preciso ter segurança pública, é preciso ter planejamento, o que o Brasil não tem.

O Sr. João Bosco Vaz: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para colaborar, já que o senhor falou em Copa, é bom mesmo abordar esse assunto na CPI da Telefonia, porque, na Copa, de tanto brigar, e eu tinha quase a certeza de que nós não teríamos condições tecnológicas para mandar, para mais de 200 países, imagens, sons e fotos. O que aconteceu? A Oi, que patrocinava a Copa, montou uma estrutura

maravilhosa, só durante a Copa. Terminou a Copa, ela pegou tudo e levou embora. Então, por isso que funcionou. E o senhor tem razão, em relação a esses grandes eventos: nós não temos estruturas de TI para receber esses grandes eventos.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É isso, Sr. Presidente, eu agradeço muito e acho que nosso Parlamento tem que se mobilizar para isso, porque são milhares de empregos. Interessa para nós estarmos incluídos no mapa dos grandes eventos do mundo. Agora, faltando organização, faltando o mínimo de planejamento, realmente Porto Alegre não tem condições de sediar isso.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Ver. Valter, na presidência dos trabalhos; colegas Vereadoras e Vereadores, assino embaixo, cem por cento, das questões que V. Exa. acabou de colocar, inclusive, isso vai ser colocado como das áreas sem cobertura efetiva das grandes empresas de telecomunicações, vai estar no relatório da nossa CPI, nós vamos cobrar. Agora isso tudo aí é uma demonstração de que nós estamos num desgoverno, ou melhor, nós estamos sem um comando na cidade. Se o Prefeito quisesse, teria tomado as devidas providências. Em primeiro lugar, uma cidade que estava em greve, que tem muitos problemas, o Prefeito não pode se dar ao luxo de viajar junto com o Vice-Prefeito e deixar a cidade do jeito que deixou. Imaginem o seguinte, na sexta-feira, no sábado todos os hotéis estavam lotados em Porto Alegre com pessoas que vieram assistir ao grande show do Coldplay. Lastimo que não tive a sorte do Valter de ter conseguido o ingresso para poder participar desse megaevento, que foi exemplar para a Cidade de Porto Alegre, coisa que muitas cidades não tiveram, e nós tivemos. No entanto, imagina o turista que veio de outro lugar, de longe e ter, ao final de um grande evento, o sinal bloqueado, não conseguir falar para chamar um táxi, um aplicativo, ficar no meio do trânsito, numa balburdia sem fim, como foi relatado pelo Ver. Valter.

O Sr. João Bosco Vaz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu gostaria, não faço parte da CPI da Telefonia, de fazer uma pergunta que poderia ser colocada em uma das reuniões, que parece que não foi feita ainda, é uma curiosidade: como é que nos presídios têm sinal de celular e em quase toda a Porto Alegre é tudo sombreado, não tem o sinal de celular?

O SR. ADELI SELL: Um dos pontos que nós destacamos no nosso relatório que está para ser votado, em princípio, no dia 22 – está praticamente pronto, os Vereadores estão dando uma checada no rascunho que enviei –, é esse, essas áreas sombreadas ou totalmente sem conexão, que é o caso do entorno da Arena do Grêmio, lastimavelmente o presídio central tem [sinal] de celular. Isso é um contrassenso que estamos vivendo.

Hoje fui surpreendido também, para minha tristeza, por uma notícia. Eu, em janeiro, visitei o Prefeito e disse para ele que eu poderia ajudar na questão da Carris. Tenho conhecimento de anos, tenho estudos, tenho pessoas que conhecem profundamente as questões da Carris. A Carris é um empresa viável, é uma empresa histórica, é bom, inclusive, que as pessoas leiam o livro do ex-Vereador Ciro Martini, que é um clássico sobre a história da Carris. Hoje sou surpreendido porque o Prefeito vai contratar duas consultorias para ver soluções para a Carris. Não precisa consultoria, nós temos as coisas, Prefeito, é só nos ouvir, nós temos profissionais que querem ajudar. Eu não vou mais entrar aqui em detalhes, em soluções, porque, em um minuto, você não apresenta isso. Eu quero dizer ainda neste pouco tempo que me resta que a Carris tem solução, é um crime o que está sendo feito com a Carris. Foi feito agora um contrato com uma empresa fornecedora de peças, no entanto, não foi feita nenhuma compra. Semana passada, 139 ônibus estavam estragados no parque. Nós temos uma dificuldade de termos os ônibus da Carris circulando como circulavam no passado. Carris é história, Carris é capital, Carris é sinônimo de transporte coletivo de passageiros de qualidade, não vão acabar com a Carris, nós vamos resistir e por isso nós estamos aqui fazendo este brado neste momento, no final da nossa Sessão. Muito obrigado, Presidente Valter.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h27min.)